

**Marcelo Ramos Peregrino Ferreira**

**DA DEMOCRACIA DE  
PARTIDOS À  
AUTOCRACIA JUDICIAL:  
O CASO BRASILEIRO NO DIVÃ**



**HABITUS**

**Florianópolis  
2020**

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> . . . . .	9
<b>PREFÁCIO - O DIREITO TOMANDO CONTA DA POLÍTICA.</b> . .	17
<b>APRESENTAÇÃO</b> . . . . .	23
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> . . . . .	27
<b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .	31
 <b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>PARTIDOS POLÍTICOS E A SOBERANIA POPULAR</b> . . . . .	43
1.1 O estado de partidos e sua fundamentação teórica . . . . .	43
1.2 A controvérsia sobre a partidocracia. . . . .	49
1.2.1 Georg Jellinek e a separação entre Sociedade e Estado . . . . .	49
1.2.2 Richard Schmidt e as primeiras manifestações sobre partidos. . . . .	51
1.2.3 Gerhard Leibholz e a distinção entre a democracia liberal e democracia partidária . . . . .	60
 <b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A CRÍTICA AOS PARTIDOS</b> . . . . .	73
2.1 Carl Schmitt e a crítica ao sistema parlamentar . . . . .	83
2.2 A Crítica de Schmitt: O Guardião da Constituição . . . . .	94
2.3 A crítica de Heinrich Triepel: o Estado partitocrático . . . . .	100
2.4 Hans Kelsen: a resposta a Triepel . . . . .	109
2.5 Os requisitos da Democracia de Partidos . . . . .	119
2.6 Formas alternativas e outras manifestações de transformação do poder popular . . . . .	122
2.6.1 Democracia radical no México: experiência de Cherán. . . . .	125
2.6.2 A assembleia de Mogotes . . . . .	127
2.6.3 O Estado Plurinacional Boliviano . . . . .	128
2.6.4 Democracia Aimará no altiplano andino boliviano . . . . .	132
2.6.5 Candidaturas municipalistas na Espanha . . . . .	134
 <b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>OS PARTIDOS NO BRASIL: DO IMPÉRIO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b> . . . . .	137

3.1	Bosquejo histórico dos partidos políticos . . . . .	137
3.1.1	O Império (1824-1889) e os primeiros partidos . . . . .	139
3.1.2	A República Velha (1889-1930): a política dos governadores . . . . .	150
3.1.3	O Estado Novo (1930-1945): nasce o Código Eleitoral . . . . .	156
3.1.4	A Quarta República (1945-1964) . . . . .	162
3.1.5	A ditadura . . . . .	167
3.2	O partido político no ordenamento nacional . . . . .	169

## **CAPÍTULO 4**

### **JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA . . . . . 179**

4.1	A Justiça Eleitoral . . . . .	179
4.2	A jurisprudência eleitoral: a babel dos sentidos . . . . .	181
4.2.1	Prefeito itinerante . . . . .	184
4.2.2	Rejeição de contas e a súmula n. 1 . . . . .	192
4.2.3	Limitação do número de vereadores . . . . .	196
4.2.4	Quitação Eleitoral . . . . .	208
4.2.5	Criação de multa no caso de pesquisa . . . . .	213
4.2.6	Doação de campanha e o sigilo de dados . . . . .	215
4.2.7	Proibição da doação eleitoral por pessoa jurídica . . . . .	222
4.2.8	Fidelidade partidária . . . . .	245
4.2.9	Art. 41 da Lei n. 9.504/1997 . . . . .	256
4.2.10	Verticalização das coligações . . . . .	259
4.2.11	Irregistrabilidade e o art. 16-A . . . . .	264
4.2.12	Interpretação do artigo 73, § 10 da Lei n. 9.504/1997 . . . . .	270
4.2.13	Destinação de recursos do fundo de financiamento de campanha e do tempo de propaganda para política promocional das mulheres . . . . .	271
4.2.14	Cláusula de desempenho . . . . .	278
4.2.15	Lei Complementar n. 135/2010 . . . . .	291

## **CAPÍTULO 5**

### **DA DEMOCRACIA DE PARTIDOS À AUTOCRACIA JUDICIAL . . . . . 301**

5.1	O excesso no exercício das funções atípicas da justiça eleitoral . . . . .	301
5.2	A regulamentação . . . . .	303
5.3	A consulta . . . . .	315
5.4	O Poder Judiciário e a separação de poderes . . . . .	324
5.5	Justiça eleitoral versus partidos políticos . . . . .	335
5.5.1	A democracia e a autocracia: extremos opostos . . . . .	335
5.5.2	A lei como fruto da democracia de partidos . . . . .	342
5.5.3	A autocracia judicial vestida de poder moderador . . . . .	347

### **CONCLUSÃO. . . . . 359**

### **REFERÊNCIAS. . . . . 371**